

A luta pela creche no Brasil: para além de uma questão de gênero

The fight for day care in Brazil: beyond a gender issue



Alex Barreiro*
Universidade Estadual de Campinas

Organizado pela professora e pesquisadora Ana Lúcia Goulart de Faria, pelo pedagogo e mestre em Educação Flávio Santiago e por Maria Amélia de Almeida Teles, militante e ativista dos direitos das mulheres, presa e torturada durante o regime militar, o livro “Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!” está dividido em dez capítulos, tendo sua apresentação escrita pela pesquisadora da educação infantil e professora da Universidade Federal de São Paulo, Daniela Finco.

Fruto de um provocativo convite realizado a militante Amélia Teles, carinhosamente chamada de “Amelinha”, para que concorresse a um edital para ministrar aulas na graduação do curso de Pedagogia na Unicamp (FE), o livro “Por que a creche é uma luta de mulheres?” é o resultado de um extenso trabalho empreendido pelo período de 5 meses e de uma rede de colaborações, envolvendo outras pesquisadoras de diferentes áreas, dedicadas a refletir sobre a luta histórica de mulheres pela conquista do direito às creches. Direitos não apenas das mulheres mães, como também das crianças pequenas.

A obra coloca em discussão a importância da creche como território coletivo para a construção de pedagogias emancipatórias, retomando a importância de narrativas, como dos feminismos populares para estabelecer críticas a conjuntura política atual e ao neoliberalismo.

No primeiro capítulo, a professora e pesquisadora Regina Facchini disserta sobre a pluralidade do feminismo, lembrando o debate sobre as questões de gênero, estabelecidos com Gayle Rubin e mencionando seus desdobramentos com as contribuições de Joan Scott e, recentemente de Judith Butler. Destaca-se também a trajetória dos estudos e do movimento feminista no Brasil pós anos 1970, levando em consideração a intersecção de marcadores sociais de diferenças, como: raça e classe social em suas análises. A autora nos possibilita, por meio dos debates históricos des-

tacados, formar um painel das lutas das mulheres no Brasil, assim como das políticas públicas para a inserção de uma educação para as relações de gênero na educação, quais, encontram forte resistência para serem implementadas, devido a grupos parlamentares conservadores da bancada religiosa.

Djamila Ribeiro, no segundo capítulo “Feminismo negro como perspectiva emancipatória”, discorre sobre a omissão do Estado na vida das mulheres pobres, e conseqüentemente negras, quais não encontram vagas para seus filhos nas creches. Desta forma, pensar uma luta feminista sem levar em consideração marcadores sociais de diferenças que nos permitam analisar a conjuntura política, econômica e social em que esses sujeitos vivenciam e estão imersas é ineficiente. Por isso, a necessidade da interseccionalidade nos estudos e pesquisas científicas, pois nos assegura por meio de uma análise crítica compreender demandas “universais” e específicas das questões de gênero através das diferenças de raça e classes sociais.

As questões de raça e classe social também aparecem como preocupação da autora e pesquisadora Marcia Anacleto, em seu terceiro capítulo denominado “Por uma educação antirracista desde a creche!”. Nele, Anacleto retoma em documentos educacionais - fruto de um processo de luta e conquista histórica - dentre eles, a lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e problematiza as desigualdades e os desafios da educação infantil, em particular, das creches, nos chamando a atenção para a importância e necessidade de um trabalho para as relações étnico-raciais desde a pequena infância, o que viria auxiliar na construção da equidade racial no Brasil e da desconstrução de preconceitos culturais.

A luta pela divisão ou socialização das atribuições domésticas, assim como dos cuidados com as crianças corroboram para a construção de uma sociedade sem classes, lembrando que para o alcance de propósitos como estes é preciso um trabalho de desconstrução dos papéis de gênero e da mulher. Nesse sentido, a partir de contribuições marxistas, Joana El-Jaick Andrade no quarto capítulo “O feminismo marxista e a demanda pela socialização do cuidado para com as crianças” escreve que alcançar a verdadeira igualdade entre os sexos pressuporia uma transformação radical da ordem social, através da socialização da atividade privada. A derrocada do capitalismo, nesse sentido, significaria a derrota do patriarcado, assim a base material de submissão da mulher ao homem seria minada.

Para Adriana Silva e Elina Elias de Macedo, em “Creche: uma bandeira de despatriarcalização” a defesa das creches aparece como um dos elementos importantes quando trata-se do processo de “despatriarcalização” do Estado, ou seja, da descolocação das nossas estruturas fundantes, possibilitando a inserção de mulheres trabalhadoras nas dinâmicas políticas do poder. Para as autoras a luta pela creche - luta histórica marcada pela bandeira dos movimentos feminista - ainda permanece nos dias de hoje como parte das reivindicações das mães trabalhadoras.

A creche, como vimos, é pensada nesta obra em articulação com uma série de temas e problemáticas tornando-se parte da agenda voltada para a educação, como mencionou Amélia Teles, no capítulo “A creche em tempos de perda de direitos!”.

Neste capítulo, a autora nos chama a atenção mencionando que a divisão das crianças pequenas (0 a 3) creches e (4 a 5) pré-escola levaram à redução de direitos constitucionais. A autora denuncia a falta de creches, que implica na redução do período de permanência das crianças na escola, comprometendo a qualidade do oferecimento do ensino integral.

“Por que a creche é uma luta de mulheres?” centraliza as atenções para um debate envolvendo gênero, classe social, raça, direitos das mulheres e das crianças, destacando a leitores e leitoras a necessidade de preservação e ampliação das creches em todo o Brasil, quais, correm na atual conjuntura política nacional graves riscos.

Nesse sentido, o capítulo resultado de pesquisa inédita realizada pela Comissão de Creche do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF) em 1983, denominado “Por que um capítulo para apresentar uma pesquisa sobre creches no local de trabalho, realizada em 1983?”, aborda a luta das mulheres trabalhadoras por creches em São Paulo, e relata que dentre milhares de empresas existentes (60 mil), apenas 38 possuíam creches e berçários. Contudo, ainda hoje, o número de creches nas empresas é baixíssimo, menor que 5%, revelando como a conquista de direitos encontra-se estritamente relacionada aos papéis sociais de gênero. Portanto, a ausência das mulheres na política e na organização de políticas públicas além da baixa representatividade, impossibilita a conquista da garantia de direitos e acessos. Ainda sobre a relação entre creche e mercado de trabalho, Clélia Virginia Rosa, em “Creche, raça e classe: relações complexas numa creche de empresa privada” a autora descreve e analisa as creches privadas no Brasil, estudo pouco desenvolvido em nosso país. O penúltimo capítulo aborda a relação entre crianças, mães e professoras oriundas de diferentes classes sociais. Os dados apresentados pela pesquisadora evidenciam que pelo fato da creche encontrar-se inserida no mesmo ambiente de trabalho das mães, seu cotidiano e organização sofrem dissonâncias e mudanças quando comparadas as creches públicas ou até mesmo privadas, uma vez que as mães passam a ter um contato frequente em diferentes momentos do dia com seus filhos/as.

O capítulo “Da descolonização do pensamento adultocêntrico à educação não sexista desde a creche: por uma pedagogia da não violência”, dos autores Flávio Santiago e Ana Lúcia Goulart de Faria, finaliza a obra refletindo sobre pedagogias cuja centralidade esteja na desconstrução das desigualdades estabelecidas pela cultura patriarcal e heteronormativa, que impossibilita as crianças manifestar-se e interagir com papéis sociais e comportamentos não inscritos na estrutura dicotômica e binária dos gêneros. Faria e Santiago também destacam a radicalidade e violência que foram tratadas as propostas de uma educação para as relações de gênero para as crianças, denominada pelos setores conservadores e fundamentalistas por “ideologia de gênero”. Para os autores, não se trata de prescrever um modelo pedagógico, mas possibilitar inquietações que promovam conexões transversais, possibilitando uma educação que vise a equidade de direitos e o combate a violências institucionais.

“Por que a creche é uma luta de mulheres?” nos permite compreender como algumas demandas encontram-se imbricadas às questões de gênero, afetando diretamente as mulheres trabalhadoras, uma vez que a responsabilidade do cuidado e da

educação das crianças recai culturalmente sob o sexo feminino. Marcadores sociais de diferenças, como: raça e classe social corroboram com análises sociológicas que buscam mapear e constatar a construções das desigualdades no Brasil, em especial e objeto de atenção do livro com relação aos bebês e crianças pequenas e suas mães.

O livro nos chama a atenção, nos provocando a pensar criticamente como desconstruir este legado colonial que opera secularmente, dando continuidade a uma ordem machista, patriarcal e heterorreguladora, submetendo nossas crianças a uma série de violências institucionais. A luta pela creche não deve e nem pode restringir-se às mulheres, e a ausência da participação das mulheres na política nacional (Federal, Estadual e Municipal) evidencia como os interesses e as prioridades na construção de políticas públicas estão diretamente ligados as questões de sexo e gênero, por isso, a necessidade da participação de mulheres nestes espaços do poder.

Propor pedagogias descolonizadoras desde a creche permitiria às crianças novas possibilidades de subjetivação, na contramão dos modelos patriarcais vigentes que cessam e interdita a emancipação do pensamento e da desconstrução de respectivos valores culturais.

Referências

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295p.

* Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Correspondência

Alex Barreiro – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Av. A Einstein, 763, Cidade Universitária. CEP: 13083852. Campinas, São Paulo, Brasil

E-mail: barreiroalex86@gmail.com

Recebido em 28 de julho de 2018

Aprovado em 08 de agosto de 2018



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).